



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

174

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000821-59.2009.8.17.0480 (0207443-7)**

**RELATOR: DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA**

**APELANTE: BANCO ITAUCARD S.A.**

**APELADO: ZENILDO JOAQUIM DOS SANTOS**

**EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. CANCELAMENTO DA COMPRA. INSERÇÃO DO VALOR DA COMPRA CANCELADA NA FATURA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA.**

1. A inserção na fatura do Cartão de Crédito dos valores relativos à compra e venda cancelada, por si só, não gera dano moral, mormente quando há, no mês subsequente ao cancelamento do negócio, lançamento de crédito correspondente deixando saldo negativo a pagar e não há, ainda, qualquer restrição creditícia.

2. Apelo provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº0207443-7, acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em DAR provimento ao apelo para, reformando a sentença, julgar improcedentes os pedidos

Recife,

19.08.2014

**Fábio Eugênio Oliveira Lima**

**Desembargador Relator**



169  
101

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000821-59.2009.8.17.0480 (0207443-7)**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

**APELANTE:** BANCO ITAUCARD S.A.

**APELADO:** ZENILDO JOAQUIM DOS SANTOS

**RELATÓRIO**

ZENILDO JOAQUIM DOS SANTOS ajuizou ação de indenização por dano moral, cumulada com repetição de indébito, contra o **BANCO ITAUCARD S.A.**, alegando, em síntese, que utilizou o Cartão de Crédito que mantém junto à parte ré para compra parcelada no valor total de R\$ 1.380,00 (um mil e trezentos e oitenta reais), dividindo o pagamento em 10 prestações de R\$ 213,97 (duzentos e treze reais e noventa e sete centavos).

Acrescenta que, imediatamente após a efetivação da compra, desistiu do negócio e solicitou o cancelamento da compra e venda junto à operadora do Cartão.

Advoga, por fim, que, mesmo com o cancelamento da compra e venda, continuou recebendo a cobrança das 10 prestações de R\$ 213,97 (duzentos e treze reais e noventa e sete centavos) na fatura do Cartão.

A sentença julgou procedentes os pedidos, condenando o **BANCO ITAUCARD S.A** ao pagamento de indenização por dano moral no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e, ainda, ao pagamento da quantia de **R\$ 4.279,40** (quatro mil e duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), correspondente ao dobro do valor cobrando indevidamente, fixando os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação.

Irresignada, a parte ré interpõe apelação, pugnando pela não configuração do dano moral ou a redução do quantum arbitrado pelo juiz a quo. Pugna, ainda, para que os honorários



170  
p. 21

**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima**

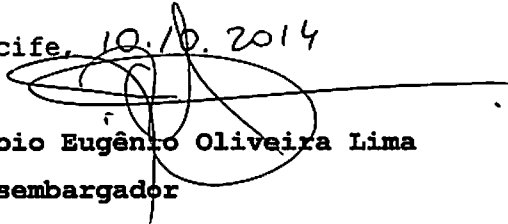
advocatícios sejam arbitrados no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz *a quo*. Assim, incide, na hipótese, o disposto no artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

É o relatório.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, 10.10.2014

  
**Fábio Eugênio Oliveira Lima**  
**Desembargador**



175,

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000821-59.2009.8.17.0480 (0207443-7)**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

**APELANTE:** BANCO ITAUCARD S.A.

**APELADO:** ZENILDO JOAQUIM DOS SANTOS

**VOTO**

A causa de pedir da indenização por dano moral consiste na inserção na fatura do Cartão de Crédito dos valores relativos à compra e venda cancelada.

A compra e o cancelamento ocorreram em novembro de 2007. Na fatura do Cartão de 28.12.2007, mês seguinte ao negócio cancelado, foi lançado um crédito de R\$ 1.380,00 (um mil e trezentos e oitenta reais) em favor do autor.

Em consequência, as faturas de 28.12.2007, 28.01.2008 e 28.02.2008 tiveram saldo negativo a pagar.

Anote-se, por relevante, que a fatura com vencimento em 28/11/2007 foi paga a menor, desprezando-se o valor da parcela da compra cancelada. Neste particular, nada a devolver; nada estava sendo cobrado.

De registrar, com destaque, que, a despeito do saldo negativo a pagar, o autor efetuou o pagamento das faturas com vencimento em 28/12/2007 e 28/01/2008, nos valores de R\$ 416,40 e R\$ 502,00, respectivamente, desprezando, mais uma vez, o valor da parcela da compra cancelada. Aqui, mais uma vez, nada a devolver.

Por outro lado, malgrado durante os meses de novembro de 2007 a agosto de 2008 ter havido a inserção na fatura das parcelas referente à compra cancelada, o autor cuidou de pagar a fatura sempre excluindo o valor dessas prestações.

Em conclusão, nada há a repetir.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

176

Mais do que isso. A inserção do valor das parcelas da compra e venda cancelada teve o efeito meramente contábil ou documental. Não há notícia nos autos de cobrança aviada por carta. Não houve restrição creditícia. Não houve bloqueio do cartão de crédito. Não se fez incidir juros pelo pagamento a menor da fatura.

Demais disso, a cobrança, ainda que indevida, por si, não gera dano moral.

Pelo exposto, voto no sentido de dar provimento ao apelo para, reformando a sentença, julgar improcedentes os pedidos.

Recife,

19.09.2014

Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator